

# RADAR

SAÚDE ■ FAVELA

edição 27

Mar | Abr | Mai  
2024

A cidade como lugar  
**Indígena**

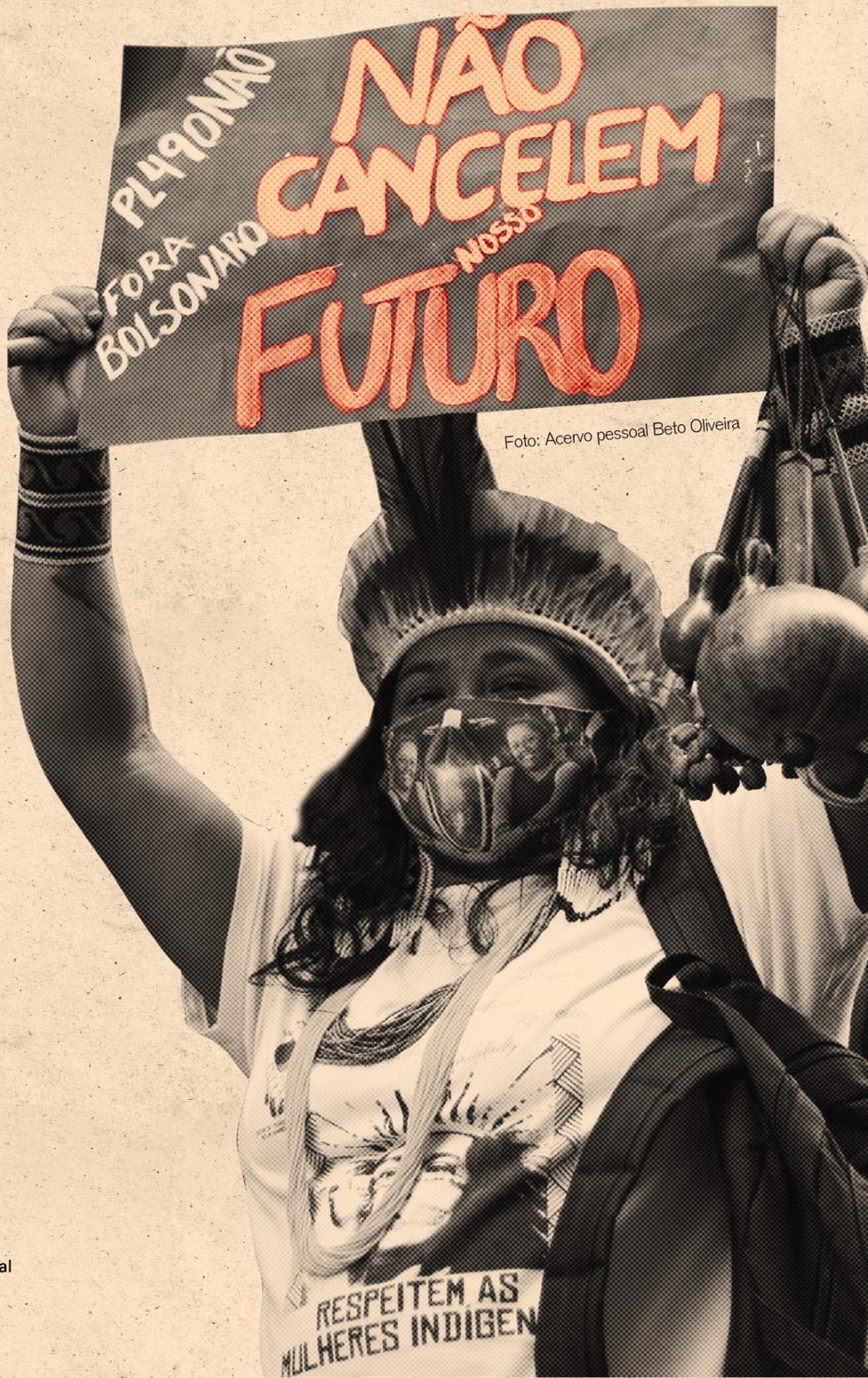


Foto: Acervo pessoal Beto Oliveira



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação de Cooperação Social

RESPEITEM AS  
MULHERES INDIGEN

# SUMÁRIO

3

## APRESENTAÇÃO

4

## DEBATES

5

“O ACOLHIMENTO DE ALGUNS INDÍGENAS E DE ALGUMAS LIDERANÇAS QUE ESTÃO NAS ALDEIAS EM RELAÇÃO AOS QUE ESTÃO ‘EM RETOMADA’ AINDA É UM DESAFIO...”  
**Entrevista com Adriana Fernandes Carajá**

11

## MEMÓRIA

12

“A CIDADE TAMBÉM É UM LUGAR DO INDÍGENA E A NOSSA PRESENÇA PRECISA SER RECONHECIDA NA CIDADE.”  
**Entrevista com Márcia Mura**

27

## ENSAIOS

28

“... A GENTE TEM MODOS DE VIDAS SENDO EXTERMINADOS... E A GENTE VÊ QUE A PRIMEIRA COISA A SER AFETADA É A SAÚDE.”  
**Entrevista com Gilberto Oliveira**

46

## O QUE TÁ PEGANDO

47

MANIFESTO DA I CONFERÊNCIA INDÍGENA DE CONTEXTO URBANO, RIBEIRINHO E EXTRATIVISTA DE RONDÔNIA.

49

## EXPEDIENTE

# APRESENTAÇÃO

**RADAR SAÚDE FAVELA** é o informativo produzido pela Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz. Gestado no primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil, o projeto foi um dos produtos da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19 Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo de fontes não oficiais, o antigo Radar Covid-19 Favela trouxe análises populares e científicas sobre a situação de saúde em territórios periféricos, visibilizando iniciativas populares de enfrentamento à pandemia no decorrer de suas 17 edições, publicadas entre agosto de 2020 e junho de 2022.

Em sua nova fase, o Radar Saúde Favela tem como foco produzir e difundir informações sobre a situação de saúde e da sua determinação social em favelas e periferias e periferias de centros urbanos, lançando luz sobre as diversas dimensões de precariedade que afetam de forma diferenciada as populações que habitam em territórios socioambientalmente vulnerabilizados. Não mais centrado apenas no Rio de Janeiro, o novo informativo amplia seu escopo, contemplando relatos, textos, entrevistas e material audiovisual dos quatro cantos do país, a partir da ampliação da rede de ativistas, movimentos e lideranças sociais atuantes nestes territórios. Debates, discussões e reuniões de pauta com tais atores sociais também fazem parte das atividades desenvolvidas. Tudo isso, sem perder de vista as implicações da Covid-19, as quais ainda se fazem presentes, sobretudo nesses territórios.

O material publicado resulta da formação de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais e o direito à comunicação pública. Lançado como uma revista digital, o Radar Saúde Favela está ancorado nos referenciais teórico, conceitual e metodológico de Promoção da Saúde, remete às diretrizes do Programa Institucional de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Fiocruz, bem como aos objetivos e metas do Projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos da Coordenação de Cooperação Social. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

Foto: Acervo pessoal Beto Oliveira



## DEBATES



Foto: Acervo pessoal Beto Oliveira

A seção Debates tem o objetivo de amplificar as vozes e as demandas de movimentos sociais, organizações e lideranças de favelas e periferias e apoiar seus protagonismos na produção de conhecimento, nas reivindicações por direitos e na formulação de políticas públicas.

**“O ACOLHIMENTO DE ALGUNS INDÍGENAS E DE ALGUMAS LIDERANÇAS QUE ESTÃO NAS ALDEIAS EM RELAÇÃO AOS QUE ESTÃO ‘EM RETOMADA’ AINDA É UM DESAFIO...”**

Entrevista com **Adriana Fernandes Carajá**

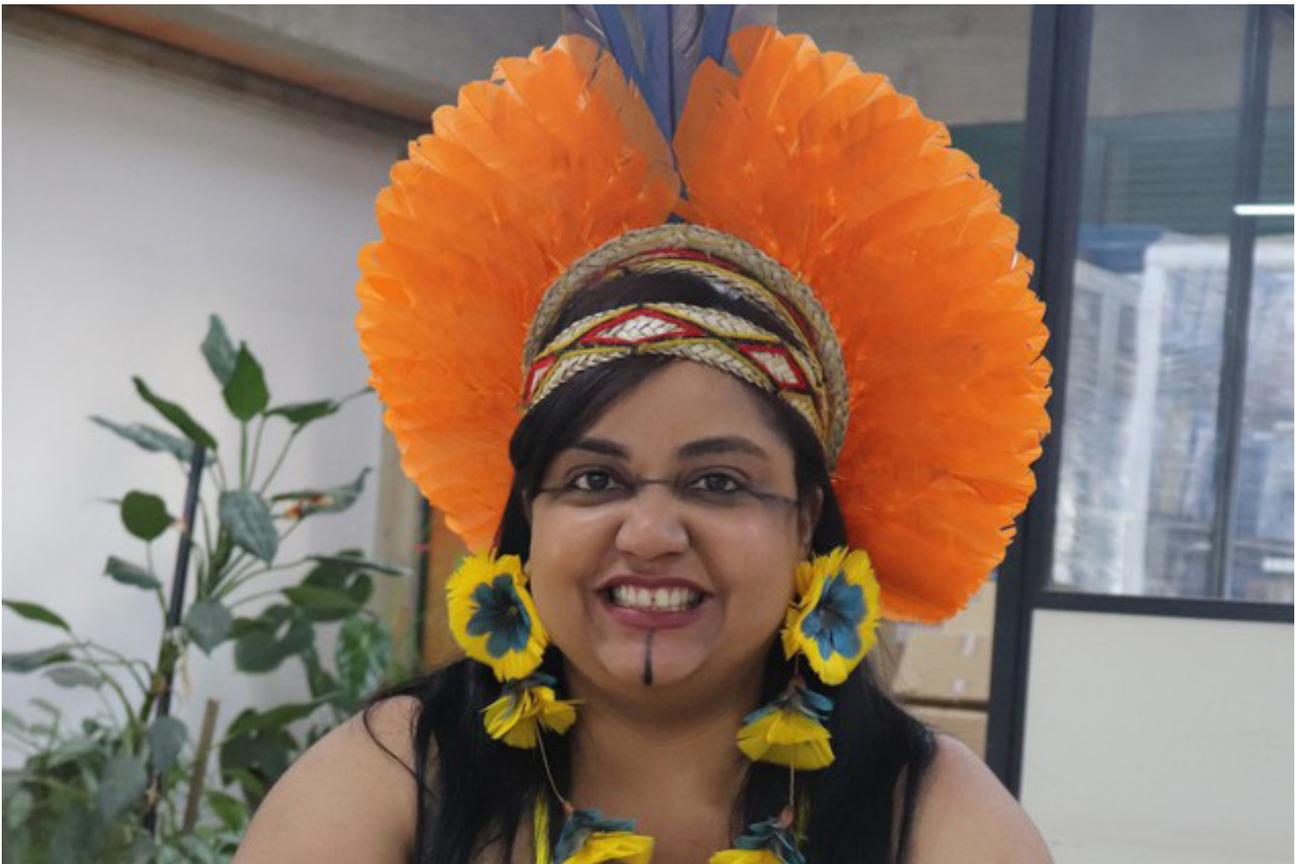


Foto: DRI/UFMG

**Você poderia se apresentar e falar um pouco do seu processo de retomada de identidade indígena?**

Sou mulher indígena do povo Karirí-Sapuyá, nordestina, filha da cabocla Jurema, benzedeira, enfermeira, Doutoranda em Antropologia Social, bolsista do programa Guatá e da Capes. Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência. Aos 35 anos, atuo como Pajé, Raizera, benzedeira.

Nasci no Sertão baiano, no município de Jequié, há duas semanas atrás da promulgação da Constituição Federal em vigor no nosso país. Jequié era um antigo aldeamento chamado Santa Rosa, terra indígena dos Kariri-Sapuyá. Quando me perguntam se eu nasci em uma aldeia afirmo com segurança que sim e mesmo se não conhecesse essa história afirmaria que sim, pois o que faz de nós indígenas são as relações com ancestralidade e as confluências. Ao nascer fui visitada pelos ancestrais da aldeia de Santa Rosa, afinal eles nunca saíram de lá. Aldeia está em nós e é isso que de fato importa. Meu nome indígena é Korã, que em Dzubucúá significa esperança, e segundo alguns parentes Kariri-Xocó falantes da língua também significa presença ancestral. Esse nome me foi dado depois de certa idade pelos meus ancestrais através de sonhos. Confesso que no início sentia certa angústia, pois não me achava merecedora de um nome tão nobre, mas com o tempo fui entendendo que esse nome foi dado a mim para que ao pronunciá-lo expressasse vida e superação.

Minha avó materna era indígena (minha mãe não sabe falar de qual etnia), meu avô materno era indígena do povo Guarani Mbya, chamado por muitos como “índio brabo do mato” e “índio ruim”, não civilizado, cultuava principalmente os espíritos e encantados das águas, encantou nas águas de um rio que passava no quintal de sua casa na zona rural do Norte de Minas. Com relação à minha ancestralidade paterna. Meu avô paterno é negro, africano e curandeiro. Minha avó paterna era indígena, era uma Bidzemú (Pajé). Natural do povo Kariri-Sapuyá, seu nascimento ocorrera em meio à expulsão da família da Aldeia de Santa Rosa em Jequié indo abrigar-se na cidade de Três Morros (ex distrito de Maracás).

### **Você enfrenta algum questionamento político ou público sobre o seu processo de autorealização como Kariri-Sapuyá?**

Sim, muitos. O fato de ser mulher, não ter nascido na aldeia e não ter o fenótipo idealizado como as pessoas imaginam o que seja uma pessoa indígena faz com que eu tenha cotidianamente minha identidade indí-

gena questionada.

### **Como tem sido para o seu povo o acolhimento em relação aos “indígenas em retomada”?**

Há dificuldades de compreensão de pessoas que sejam da mesma etnia, mas que não tenham conhecimentos sobre o processo histórico dos Kariri-Sapuyá de Jequié. O acolhimento de alguns indígenas e de algumas lideranças que estão nas aldeias em relação aos que estão “em retomada” ainda é um desafio na atualidade que tem grande influência da colonização.

### **Hoje, há instaurado no país um debate político e acadêmico sobre auto-reconhecimento e auto-declaração. Por outro lado, nos concursos públicos ocorrem a instauração de bancas de heteroidentificação para aferir a condição racial. Como vc avalia essa tensão entre autodeclaração e banca para aferição da condição racial?**

Geralmente esses debates políticos, tem como pano de fundo a negação ao outro, a tentativa de apagamento e ou a imposição de teses em que indígena jamais foram chamados a construir, nem como protagonistas ou mesmo coadjuvantes, a invisibilização tomou contornos colonizadores desde a vinda de estrangeiros para as américas e pós 1500 no Brasil que foi invadido e saqueado. A academia ainda está longe de pagar sua dívida histórica com os povos indígenas que foram impedidos de ter acesso a ela e essa deu vazão a fala de quem não nos conhece ou mesmo acha que conheceu e são enaltecidos no ensino acadêmico de caráter elitista, atualmente não temos ainda nem um por cento de indígenas nesses espaços. A autodeclaração é um direito ainda em disputa pois a Convenção 169 da OIT apesar da pressão popular sindical para sua ratificação o que a tornou medida incluída constitucionalmente, vem sendo ignorada por interesses de uns em detrimento de outrem. Já para nós indígenas a heteroidentificação é precedida de uma série de

documentos e no meu caso nunca foram questionados nas bancas de heteroidentificação, mas estou ciente de que existe e muitas pessoas indígenas são avaliadas por critérios meramente fenotípicos levando a exclusão. Não tenho experiência de banca de aferição da condição racial, mas acho perigoso quaisquer exigências biológicas tipo exame de DNA que não deveriam ser utilizados para definição de quem é ou não indígena, pois o banco de dados ainda é limitado e mesmo que houvessem registros dos povos indígenas não deveria ser utilizado para comprovação de identidade étnica, já que as mulheres indígenas e negras foram violentadas sexualmente (estupradas) pelos colonizadores e isso deve lembrado quando discutimos a formação do Estado Brasileiro.

**O movimento indígena tem crescido muito no Brasil nas últimas décadas. Várias organizações surgiram e tem surgido. Você poderia nos falar um pouco sobre o processo de mobilização que deu origem à criação da Rede Nacional de Articulação dos Indígenas em Contextos Urbanos (RENIU)?**

Torna-se evidenciado que parcela considerável (na maioria das regiões brasileiras esse percentual passa de 70%) da população indígena reside e\ou nasceu na cidade, conforme aponta os censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (especialmente os de 2000, 2010 e 2022 (ainda em processo de divulgação) e especialmente nossas pesquisas e trabalhos de campo que apontam números até maiores dos apresentados), e que esses indígenas são invisibilizados não tendo acesso às políticas públicas específicas para indígenas de modo geral e não há políticas públicas para os indígenas em Contexto Urbano e Migrantes, especialmente no que se refere ao marcador social geracional.

Nós indígenas que estamos em Contexto Urbano sofremos preconceitos de todos os tipos (começando quando nos tiram o direito de sermos indígenas onde estamos quando a sociedade afirma que o indígena

deixa de ser indígena na cidade) e não temos acesso à educação adequada (além disso não existe de fato a implementação da lei 11.645/08 – que aborda a temática indígena em sala de aula nas escolas não indígenas de forma transdisciplinar/ampla/atual – e também não existe uma política de educação indígena em contexto urbano para o indígena que vive na cidade) e à saúde diferenciada (assim como não existe a implementação da portaria 508/2010 do SUS que aborda sobre o cadastro do indígena e sua etnia no cartão SUS na cidade onde mora e sua consequente atualização (muitos povos não estão inseridos na tabela da portaria) e também políticas municipais de saúde aos indígenas que moram em cidades a ponto de sempre terem vacinação negada como grupo prioritário que é seu por direito), emprego e trabalho digno (especialmente dentro da temática indígena), geração de renda e políticas públicas que respeitem os nossos modos de ser e viver indígena, não possuímos direito a voz nem nos espaços de participação política para indígenas de modo geral, ou locais que se discutem as especificidades dos povos indígenas em cidades.

Vivenciamos as mesmas dificuldades dos indígenas que estão nas aldeias somadas às especificidades da cidade, pois a vulnerabilidade está associada a questões socioeconômicas como moradia, água potável, falta de emprego e trabalho digno, além do preconceito. Dentre os muitos impactos ambientais enfrentados por nós indígenas na zona urbana, destacamos: enchentes, lixos urbanos, poluição do ar e sonora, despejo de esgoto sanitário nos rios, derrubada de árvores nativas, problemas que afetam diretamente os recursos naturais e a qualidade de vida.

Nessa perspectiva, a Rede Nacional de Articulação dos Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes (RENIU) iniciou suas atividades em 2020, após alguns anos de reflexão, por meio de atividades promovidas pelo Programa “Índios na Cidade” da ONG Opção Brasil em conjunto com grupos indígenas de alguns lugares brasileiros com a proposta de

fortalecer este trabalho e apoiar os indígenas que vivem nas áreas urbanas e fora de seus territórios. Nosso trabalho no Programa “Índios na Cidade” existe há mais de 26 anos. Já realizamos mais de 5 relatórios para a ONU e o Fórum Permanente Indígena sobre o tema que atuamos. Também existe muito preconceito sobre esta população: o Governo e a Sociedade diz que os indígenas deixam de ser indígenas ao morarem nas cidades.

### **Qual é a composição e a forma de atuação da RENIU?**

A RENIU é formada por indígenas, indigenistas e por Coletivos de Indígenas em Contextos Urbanos de diversos lugares do Brasil. Sua coordenação é composta por Adriana Fernandes Carajá (Kariri-Sapuyá da Bahia ), Maria Lídia Ferreira de Melo (Tupinambá do Maranhão) e Eni Carajá Filho (Carajá de Minas Gerais) e Marcos Júlio Aguiar (indigenista).

Algumas entidades que participam da Articulação Nacional são: Programa “Índios na Cidade”, Associação Indígena Karaxuwanassu da cidade de Recife, Grupo Indígena Urbano da cidade de São Luís, Grupo Indígena Carajá da cidade de Belo Horizonte, Associação Indígena Pankararu da cidade de São Paulo, Associação Indígena Pankararé da cidade de Osasco, Grupo Indígena Kaimbé da cidade de Guarulhos, Associação Indígena Etnocidade da cidade de Campinas, Associação Indígena O Brasil é Minha Aldeia (ABRAMA), Grupo Indígena Urbano da cidade de Porto Alegre.

A RENIU atua por meio de participações em reuniões, assembleias, ocupando vagas em diversos conselhos de direitos; na elaboração de projetos sociais, de geração de renda; na realização de visitas às famílias em condições de vulnerabilidade, seja nas periferias e/ou nos abrigos de acolhimentos aos indígenas Waraó. Além disso, na organização de eventos e feiras culturais, de economia solidária, dentre outros.

# MEMÓRIA



Foto: Acervo pessoal Márcia Mura

Nessa seção, abrimos espaço para conhecer um pouco do passado de favelas e periferias pelo país afora. Por meio de relatos de moradores, da reconstrução de suas histórias orais, bem como de suas trajetórias, contamos a história social e urbana de diferentes localidades.

**“A CIDADE TAMBÉM É UM LUGAR DO INDÍGENA E A NOSSA PRESENÇA PRECISA SER RECONHECIDA NA CIDADE.”**

Entrevista com **Márcia Mura**<sup>1</sup>



Foto: Acervo pessoal Márcia Mura

**Márcia Mura, seja bem-vinda. Para começar a nossa conversa, você poderia se apresentar e contar um pouco da sua história, da sua trajetória?**

Eu sou mulher guerreira, do Rio Iruri, rio que treme, atual Rio Madeira. Rio com os direitos mais violados na Amazônia. Eu sou Coordenadora do Coletivo Mura, que atua com famílias em contextos urbanos, ribeirinhos e extrativistas no Rio Madeira.

<sup>1</sup> Entrevista realizada oralmente via WhatsApp, em 21 de novembro de 2023. A conversa deu origem a um episódio do podcast Radar Saúde Favela, e, agora, editamos parte do material e publicamos no formato entrevista.

Nosso coletivo também está interligado às lutas do nosso povo, que vive em contexto demarcados e reivindicados, e em contextos urbanos, em Manaus e em todo o Amazonas e Rondônia. Faço parte do Coletivo Mura de Porto Velho que atua na cidade e nas comunidades às margens do Rio Madeira para o lado de Rondônia. Estamos interligados diretamente a Autazes, Manaus e Itacoatiara. Temos conversas também com parentes em Borba e atuamos mais diretamente com os Mura do rio Itaparaná, que é um território bastante invadido e bastante ameaçado. Nós estamos lá, nessa luta, juntos, para a demarcação do território, que é a nossa referência cultural, nossa referência espiritual. Também sou articuladora da Articulação das Indígenas Mulheres Mura em diferentes contextos de Rondônia e do Amazonas, de territórios demarcados, em reivindicação, contexto urbano, ribeirinho e extrativista.



Foto: Acervo pessoal Márcia Mura

**Parte das representações coloniais sobre o lugar dos indígenas na sociedade e na própria ideia de nação consistiu em afirmar uma imagem do indígena como aquele que vive na floresta, na aldeia, menos na cidade. E vale dizer que indígena é uma palavra que passou recentemente a ser utilizada como crítica ao vocabulário colonial que até então nomeava através da palavra índio. Quem são os indígenas vivendo em contexto urbano e o que é isso que se chama de “urbano” na região do Rio de Madeira?**

Eu nasci em uma comunidade de São Domingos que se constituiu nas proximidades de um barracão que recebeu borrachas. Essa comunidade foi formada a partir da década de 60, no período de decadência dos seringais na Amazônia. E as famílias das margens do Rio Madeira, aqui para o lado de Rondônia, famílias que vinham do Amazonas para trabalhar no espaço de seringal, foram, aos poucos, para essa comunidade, formando essa comunidade onde vivia a família do meu pai. A família da minha avó que vivia no Baixo Madeira trabalhando nos seringais, depois da morte do meu avô materno, também foi para a cidade. Foram morar em lugares alugados, não tinham casa própria, em um bairro chamado Triângulo, que foi um dos primeiros bairros da cidade de Porto Velho. Então, eu nasci nessa localidade, que era uma espécie de vila, que não existe mais, faz parte da cidade, fica perto de um Igarapé chamado Igarapé Burrinho que está ligado ao rio Madeira, que hoje é o esgoto da cidade. Outra situação é, além dos conflitos e das invasões, da falta de políticas públicas de educação e saúde nestes territórios, tem as situações que as pessoas acabam vindo pra cidade, para fazer um tratamento de saúde, para estudar, e acabam por ficar. Quem tem seu povo, seu território, consegue manter essa relação entre cidade e território; quem já vem sendo sobreposto há uma década já vive na cidade sem ter essa relação direta com o seu território. E no nosso caso Mura, a gente tem buscado visibilizar nosso território, que é o Território Mura, que é o Rio Madeira e a cidade de Porto Velho que é nosso território de memória.



Foto: Acervo pessoal Márcia Mura

São várias frentes que temos aqui no Rio Madeira, para o lado de Rondônia. Nós temos atuação direta nesse processo de recuperação de memória indígena em Porto Velho, na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, em Guajará-Mirim, já na fronteira com a Bolívia, na comunidade Maravilha, de frente para Porto Velho, na comunidade de Cavalcante, Curicaca, de Nazaré, de Bonfim e na comunidade de Calama. Estamos fazendo uma aproximação aos poucos com a reserva extrativista Cuniã. Então, a gente está nessa luta intensa, de enfrentamento ao etnocídio, que nega a nossa cultura, e ao epistemicídio, que invisibiliza, que não reconhece os nossos conhecimentos indígenas. Então, é essa luta que a gente enfrenta, além do ecocídio, de várias violações de direitos, direitos dos rios, das matas e dos seres que habitam esses espaços.

Nós esperamos que a partir desses novos dados do IBGE, possam gerar políticas públicas voltados para os indígenas que se encontram na cidade, mas também que se encontram em outros contextos, ribeirinhos e extrativistas. Aqui, na comunidade de Nazaré, pela primeira vez houve algumas famílias que se declararam indígenas no IBG, também graças a todo esse trabalho que a gente faz, enquanto coletivo indígena, e ao trabalho que eu fiz, enquanto educadora, na escola, e continuo fazendo na comunidade.

Cresci vendo minha mãe e minha avó, que me criaram, porque eu tinha ainda nove meses, quando minha mãe se separou do meu pai e voltaram para cá, para o Distrito de Nazaré, onde eu moro hoje, mas não estou conseguindo permanecer aqui, pois fui tirada da escola e precisei assumir sala de aula na cidade. Eu fiquei aqui com a minha avó por um tempo, e a minha mãe, depois minha mãe voltou para a cidade, para trabalhar e fiquei com minha avó nos primeiros dias de vida, da minha infância. Acredito que eu tinha uns quatro anos, quando fui para a cidade novamente com a minha avó, mas a gente sempre vinha pra cá, visitar os parentes. Tenho isso na minha memória, até os dez anos de idade a minha avó me trazia para Nazaré e para Boa Vitória, onde também temos uns parentes. Depois ela não me trouxe mais, porque ela dizia que eu ficava só querendo pular na água, com os curumins, mas também devido aos estudos, não dava para ficar me trazendo todas as vezes em que ela vinha para Nazaré e para outras localidades.



Foto: Acervo pessoal Márcia Mura



Fotos: Acervo pessoal Márcia Mura

Eu cresci tendo essa relação com a floresta, com os rios, com os igarapés, com as águas e as matas. Eu sou aquilo que a minha avó me ensinou, mesmo ela não me dizendo muito sobre o que era, ela me ensinou a ser Mura. Fui tomando essa consciência aos poucos. Até os dezoito anos, quando comecei a trabalhar diretamente com os Povos Indígenas de Rondônia, trabalhava como recepcionista, e depois assumi um grupo de apoio aos povos indígenas, em Rondônia. Assumi o grupo de apoio, em Porto Velho, e participava da formação que era dada para esses grupos, que estavam no estado de Rondônia e eram formados pelo Conselho Indigenista Missionário. Depois eu segui meu caminho, entrei na Universidade, fui a primeira da minha família a entrar na Universidade, foi uma comemoração muito grande dos meus familiares. E, entrando na Universidade, eu já tinha uma consciência crítica, uma formação política. Participava da pastoral da juventude, e lá a gente tinha uma formação, que depois eu fui me dar conta que era uma formação Marxista, pois vinha da Teologia da Libertação. Essa formação que fez com que eu saísse da igreja, inclusive, e rompesse com essas ideologias todas, e aos poucos, fui me aproximando mais da minha memória, que era tão invisibilizada, que é a memória indígena na minha família.

**Ailton Krenak disse em algum lugar e está registrado em um de seus livros que: “A cidade virou a caixa-preta da civilização. O corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade da pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora – que pode, inclusive, tanto ser bichos selvagens quanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros”. E para você Márcia, o que a cidade representa?**

Para mim a cidade é um lugar de exclusões, um lugar de muitas disputas, de indiferença. É um lugar que adoce as pessoas. Eu mesma não consigo mais viver na cidade. A cidade é esse lugar em que as pessoas vivem para trabalhar, quando conseguem um trabalho. Muitos vivem em condições de sub-trabalho, em função de um consumismo.

Tudo tem que ser comprado, comprado, comprado. O espaço da cidade gera relações de individualismo, cada um por si.

“

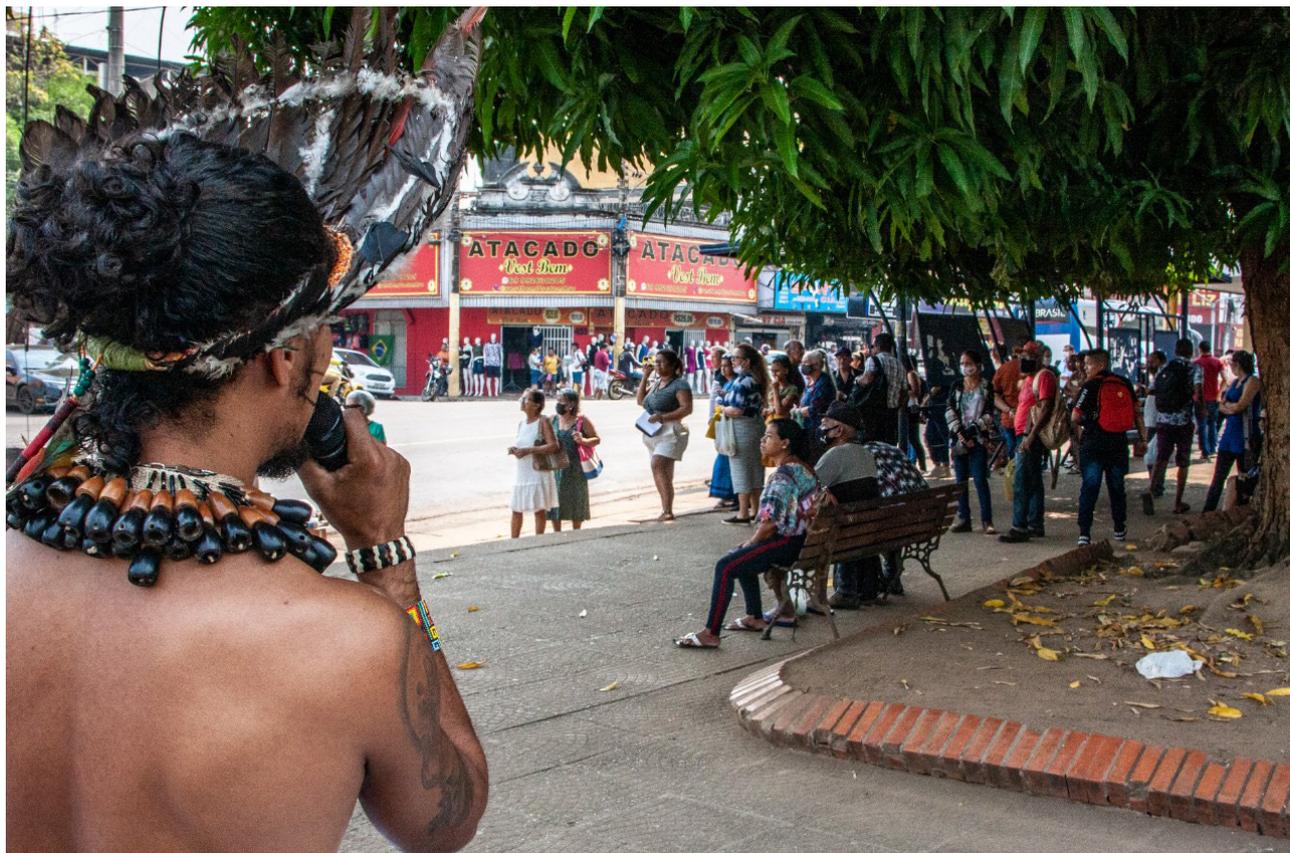
Enfim, a cidade para mim é um espaço que é muito difícil de viver. Mas que também acontecem vários movimentos; na cidade de Porto Velho tem vários coletivos, vários movimentos, buscando trazer pertencimento ao lugar, que também é território indígena. Antes de tudo, antes da cidade, é território indígena. Não foi o território indígena que se deslocou para a cidade, não foram os povos indígenas que foram para a cidade, foram as cidades que foram construídas em cima dos nossos territórios. E é preciso reconhecer isso na cidade.

”

Trazendo para o presente aqui, em Porto Velho, com a resistência de vários povos, como seria importante o reconhecimento desses povos, em Porto Velho e em outros municípios de Rondônia, como Guarájá-Mirim, onde tem o maior número de indígenas na cidade estatística e visualmente falando; mas acredito que em todos os municípios têm uma grande quantidade, só que na maioria são invisibilizados. Seria importante reconhecer esses povos e reconhecer as cidades como pluriculturais, reconhecer as diversas línguas indígenas, os diversos fazeres indígenas que se encontram na cidade e se mantêm no interior das famílias. Porque por mais que muitas famílias não se apresentem e não se declarem como indígenas, mantêm o seu modo de ser indígenas no interior dessas famílias, no encontro dessas famílias.

A cidade é um lugar onde estão presentes também os órgãos burocráticos, nos quais a gente precisa estar presente para lutar pelos nossos direitos. Como no Ministério Público Federal, Estadual, assim como nas instâncias administrativas. A cidade também é um lugar do indígena e a nossa presença precisa ser reconhecida na cidade. A cidade precisa criar espaços dignos para esses povos indígenas, que estão na cidade.

Foto: Acervo pessoal Márcia Mura



**Você tem criticado as formas como certas pesquisas e pesquisadores têm retratado e representado a região do Rio Madeira através de narrativas que apagam as presenças indígenas. Você poderia nos falar um pouco sobre sua reflexão a respeito desse ponto e também sobre as presenças indígenas e suas cartografias e territorialidades na região do Rio Madeira?**

Seria importante, inclusive, que os pesquisadores que vêm fazer pesquisa nas comunidades do Baixo Madeira se atentassem para isso. Por mais que as suas pesquisas não sejam voltadas para os indíge-

nas, que sejam voltadas para as comunidades ribeirinhas, que eles se atentem para a existência das famílias indígenas em contextos ribeirinhos. Porque a pesquisa não é uma camisa de força e o pesquisador tem de estar aberto para aquilo que ele encontrar em campo. Se ele vem em busca de famílias de ribeirinhos mas, entre elas, encontra famílias indígenas, ele não pode ignorar isso. Ele precisa dar visibilidade também para essas famílias, se não ele vai estar colaborando com esse projeto de invisibilidade e etnocídio também, mesmo que não seja esse o seu propósito. Então, seria importante que os pesquisadores e as pesquisadoras que chegam nestas comunidades tivessem esse compromisso de visibilizar essa presença indígena no Baixo Madeira.

Quem são os povos indígenas que fazem parte de Porto Velho e do Rio Madeira, e demais parentes indígenas que hoje vivem em Porto Velho? Porto Velho, antes de tudo, é território de memória Mura. Existem muitas famílias Mura que vivem em Porto Velho, tanto as que são originárias daqui do Rio Madeira, pro lado de Rondônia, que vivem em contexto ribeirinho, que foram e continuam indo para a cidade, quanto famílias Mura que saem de outros lugares do Amazonas. Tem muita família Mura que sai de Manicoré, Amazonas, e vive em Porto Velho, e nosso coletivo vem, aos poucos, localizando essas famílias. Faz parte também, está ligado a Porto Velho, o povo Karitiana, que tem suas terras indígenas demarcadas, mas também estão recuperando outros territórios, que são hoje ocupados por fazendeiros. Tem o povo Karipuna, no Rio Jaci-Paraná, que está a 70 quilômetros de Porto Velho, mas que está ligado a Porto Velho. E tem vários outros povos, famílias de outros povos que estão ali. Tem os Palmari que uma parte deles vive no bairro Nacional, e outra parte vive embaixo do linhão, de alta tensão, porque é o único espaço que eles encontraram, para fazer suas moradias. Tem o povo Guarasugwe, tem povo Apurinã, tem muitas famílias Apurinã. Tem o povo Warao, da Venezuela, que o coletivo Mura também apoia, tem o povo Mukuá, que foram tiradas as suas condições de existência, enquanto povo. Encontra-se apenas

uma família, que vive em Porto Velho. Nessa família há uma grande guerreira, que é a Mukua, que eu admiro muito, que vem recuperando a memória do povo dela, por meio da alimentação tradicional, trazida pela memória afetiva que ela tem, da avó dela. É um trabalho muito lindo, que ela faz! Tem diversos povos indígenas de Rondônia mesmo, que vivem em Porto Velho, como também de outros países e de outros estados do nosso território. Essas famílias estão em Porto Velho por diferentes situações. Por situações de terem sofrido massacres, como o caso do povo Mukuá, por situações de terem seus territórios invadidos, como o caso do povo Mura, que, hoje, Porto Velho nem menciona a existência dos Mura. A memória de ocupação Mura, de existência Mura em Porto Velho é sobreposta por uma cartografia oficial, que não reconhece os Mura no Rio Madeira, pro lado de Rondônia, porque nessa região se sobrepôs os seringais, que resultaram nas comunidades ribeirinhas, que, embora mantenham seus modos ser indígenas, muitos deles não conseguem interligar isso às suas origens indígenas. Mas, com o trabalho que nós temos feito, de recuperação de memória indígena, algumas famílias, não só em Nazaré, como também em outras comunidades, que já foram mencionadas, estão apresentando suas afirmações indígenas e estão entrando neste movimento junto com a gente, de recuperar as memórias indígenas no Rio Madeira e de recuperar a presença Mura no Rio Madeira, e de outros parentes.



“

Infelizmente, muitas dessas famílias que estão no espaço urbano encontram-se em situações de vulnerabilidade, encontram-se nas margens sociais, porque as famílias indígenas na cidade encontram muitos desafios, acabam sendo mão de obra barata e vivendo só para garantir o alimento, muitas vezes não conseguem, e isso acaba fazendo com que eles nem consigam se manter interligados nas suas relações com o ambiente inteiro, com a floresta, com os rios, e mesmo se interligar com o seu pertencimento indígena na cidade, porque acabam precisando viver só em função de se manter vivos, né?

”



Foto: Acervo pessoal Márcia Mura

E eu percebi muito isso na época da pandemia, em que a gente buscou apoio não só para as famílias Mura, mas também para famílias de outros povos, em que eles foram negligenciados em todas as políticas públicas, não tiveram direito à vacina, o SUS superlotado. Eu fico pensando, se a gente não tivesse conseguido apoio de aliadas e aliados para acolher essas famílias, para levar para fazer uma consulta, um exame na rede privada, tinha morrido muito mais gente e morreram bastante pessoas, ficaram subnotificadas. E agora a gente fez uma campanha muito grande, movimento indígena da autoafirmação, movimento indígena que se encontra na cidade a nível nacional.

**Como tem sido o movimento mais recente de retomada das identidades e mobilizações indígenas na região do Rio da Madeira? O que vocês têm enfrentado nessa luta política?**

Sobre o movimento mais recente de retomada das identidades e mobilizações indígenas na região do Rio Madeira, nós temos enfrentado diretamente muitas perseguições, perseguições diretas à minha pessoa e à outra educadora, Mura, aqui do Baixo Madeira, pelo fato de sermos articuladoras de pessoas indígenas que vivem em contexto ribeirinho, não só do povo Mura, como também de outros povos, e por estar fazendo essa incidência política no Baixo Madeira, fazendo essa recuperação indígena Mura e de outros parentes, demarcando esse território com nossos corpos, espíritos, e isso tem gerado muitos enfrentamentos com instituições, infelizmente instituições da escola estadual, que não têm recebido a nossa proposta de fazer esse trabalho de afirmação indígena, de, inclusive, executar a Lei 11.645, que é uma lei para obrigar o ensino da cultura indígena e da cultura afro na escola. E fazer essa lei acontecer não é simplesmente no dia dos povos indígenas, que não é o dia do índio, que já foi tirado esse nome, inclusive legalmente mesmo, por meio de uma ação da parenta Joênia Wapichana, quando ela era deputada federal, propôs essa mudança do nome do dia do índio para o dia dos povos indígenas. Então, não é

simplesmente no dia dos povos indígenas fazer uma atividade totalmente estereotipada sobre nós indígenas e dizer que está aplicando a Lei 11.645. Então, não há espaço, não há acolhimento para que nós possamos fazer o nosso trabalho, que é garantido pela Lei 11.645 e que deve ser aplicada em todos os componentes curriculares.

Diretamente a mim, esse ataque vem sendo feito com a minha retirada da escola, da escola estadual que se situa na comunidade de Nazaré, onde fazem a distorção de vários acontecimentos em que se deram enfrentamentos por conta de uma política de embranquecimento na escola, de embranquecimento e de cristianização, onde não se garante o direito de uma escola laica e onde não se garante o direito de uma escola ligada à floresta e aos rios, onde não se garante uma educação do campo que considera a realidade da sua comunidade, onde foi retirado da proposta de plano de ensino do projeto político-pedagógico o histórico sobre o Rio Madeira, onde traz presente a memória de ocupação mura nesse rio. Então, é um projeto mesmo de etnocídio e de epistemicídio declarado que vem se dando aqui no Baixo Madeira.

**Para finalizar, Márcia, eu gostaria de agradecer muitíssimo a sua participação, e fazer uma última pergunta: você é historiadora, professora de história, e foi removida da escola onde trabalhava sob a acusação de “insistência em inserir a temática indígena” no currículo e no ambiente escolar. Gostaria que você comentasse essa situação e como anda o diálogo da escola, especialmente a escola pública, com a história indígena.**

Sobre o diálogo da escola pública com a história indígena, não tem acontecido da forma como deveria acontecer, raras exceções, existe algum diálogo, de fato, que considere a história indígena, contada e escrita pelos próprios indígenas. Ainda nos livros didáticos, por conta da Lei 11.645, já vem algumas questões sobre os povos indígenas, mas ainda estão presentes muitas questões estereotipadas. E aqui no es-

tado de Rondônia, olha, eu acho difícil encontrar uma escola que, de fato, esteja cumprindo com a lei 11.645 da forma de como ela deve ser executada. E especialmente no Baixo Madeira isso não existe. O que existe é a imposição de uma educação embranquecedora, uma educação cristianizada, uma prática etnocida e epistemicida.



Foto: Acervo pessoal Márcia Mura

## ENSAIOS

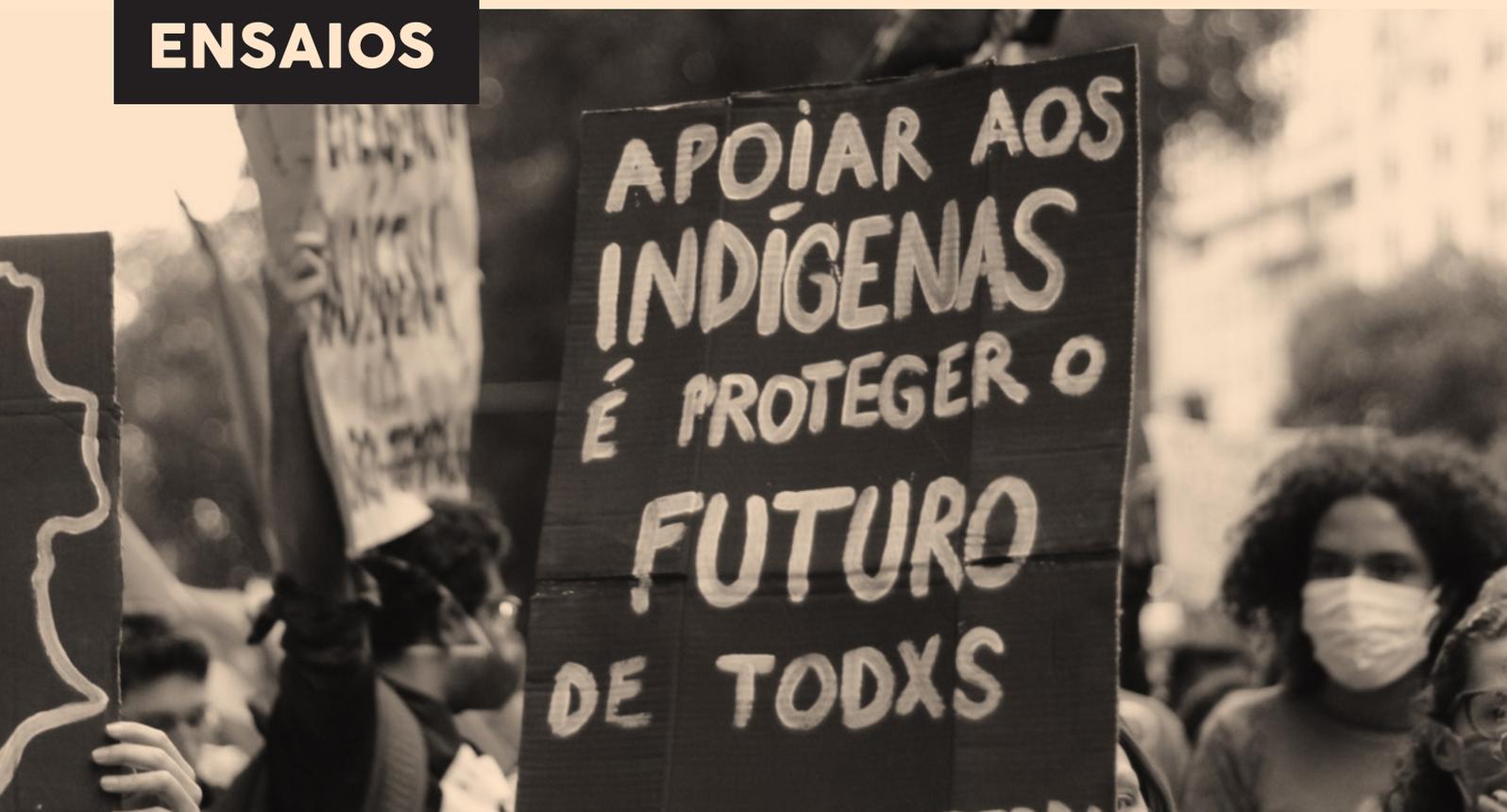


Foto: Acervo pessoal Beto Oliveira

Nesse espaço, privilegiamos as escritas de todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, vivem as periferias. Artigos, crônicas, contos, em suma, diferentes gêneros literários, além de ensaios fotográficos, são alguns dos materiais aqui presentes.

**“...A GENTE TEM MODOS DE VIDAS SENDO EXTERMINADOS...E A GENTE VÊ QUE A PRIMEIRA COISA A SER AFETADA É A SAÚDE.”**

Entrevista com **Gilberto Oliveira – Margem do Rio**

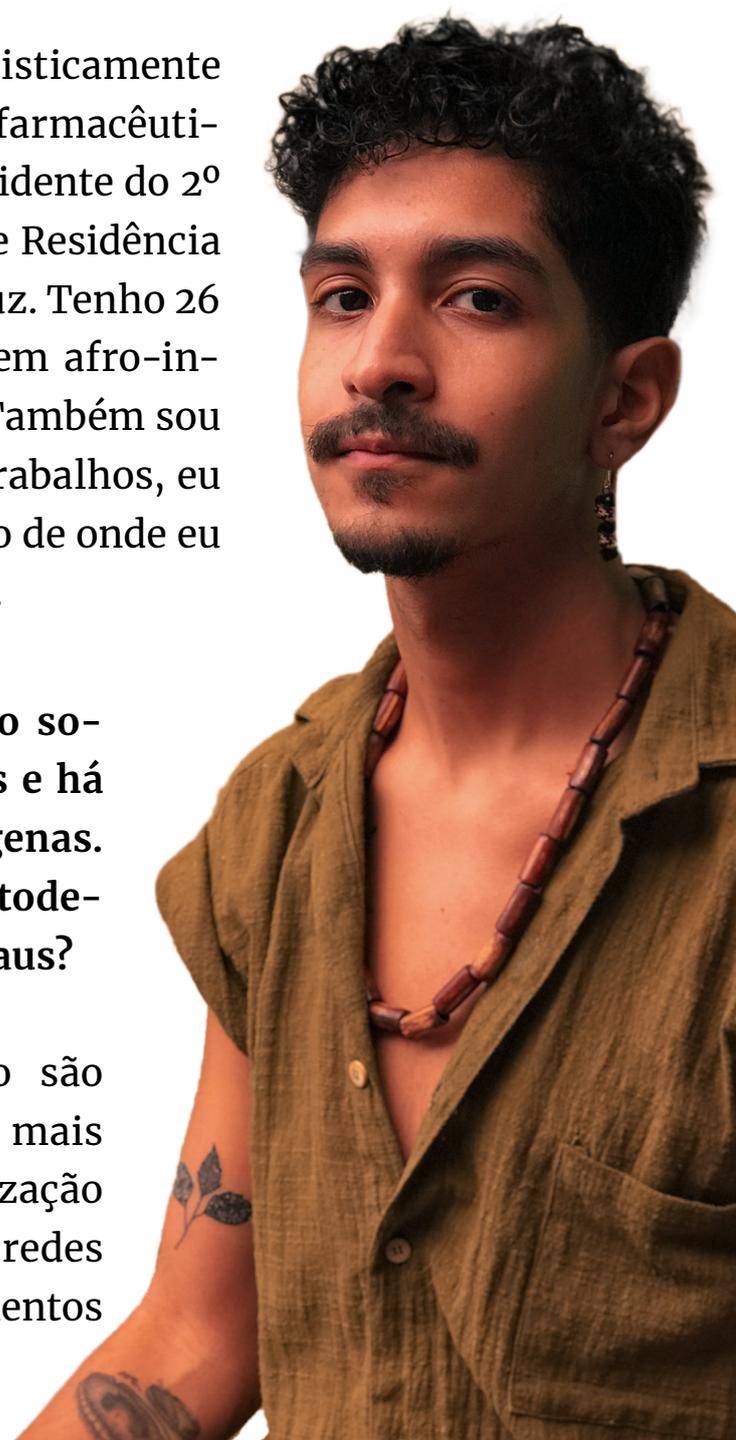
**Você poderia se apresentar?**

Foto: Acervo pessoal Beto Oliveira

Meu nome é Gilberto Oliveira, artisticamente conhecido como Margem do Rio. Sou farmacêutico formado pela UFRJ. Hoje eu sou residente do 2º ano no Programa Multiprofissional de Residência em Saúde da Família na ENSP – Fiocruz. Tenho 26 anos, sou amazonense, sou um homem afro-indígena, hoje moro no Rio de Janeiro. Também sou fotógrafo, artista visual e nos meus trabalhos, eu procuro sempre evidenciar o território de onde eu vim, que é a Amazônia, que é Manaus.

**Gostaríamos de conversar um pouco sobre as identidades indígenas, negras e há quem fale em identidades afroindígenas. Como tem se dado os processos de autodeclaração dessas identidades em Manaus?**

Os processos de autodeclaração são hoje, nos centros urbanos, cada vez mais presentes. Acontece hoje uma mobilização que a gente consegue até ver pelas redes sociais, consegue ver pelos movimentos



dos grupos de ativismo também, essa procura por essa autodeclaração identitária. E no contexto amazonense, em vários lugares que a gente chama de ‘aldeias urbanas’, você encontra diversas populações que vêm muitas vezes do interior, vêm de suas aldeias. São pessoas indígenas e até mesmo quilombolas e vão para a cidade, fazem esse movimento. E aí, a autodeclaração no meio disso se faz presente no exercício da procura pelo seu direito, quando essa população vai ali exigir os seus direitos, a autodeclaração vai aparecer.

Uma contrapartida contra essas populações é o pensamento hegemônico, um pensamento muito racista que se sobrepõe na cidade, pelo menos, na capital. Eu venho de Manaus, e em Manaus a gente ainda tem muitos símbolos racistas contra a população indígena, contra a população quilombola. Esses símbolos estão presentes na cidade. Não só nas estruturas, mas também nos hábitos, no comportamento mesmo do amazonense; quando a gente faz alguma piada usando o termo “índio” num péssimo sentido, ou então quando a gente não aceita ser comparado a pessoas indígenas, ou não aceita ser comparado a pessoas do interior. Até mesmo a hierarquia de conhecimento, de achar que as pessoas do interior são menos inteligentes. Todas essas questões aparecem em Manaus, e elas fomentam esse combate à própria autodeclaração porque aí acontece o medo das pessoas se autodeclararem como indígenas, como quilombolas, justamente por causa desse receio de sofrer algum tipo de ataque que pode ser direto ou pode ser indireto também.

Eu também venho desse movimento cultural e dentro dessa cena artística em Manaus, eu também percebo um outro gatilho que traz a autodeclaração que é essa busca pela ancestralidade, esse caminho de volta, né? Fazer o retorno, olhar pra trás, ver quem são seus avós, suas tias, da onde você veio, de qual território você veio. E a arte, essas pessoas enquanto artistas, elas usam a arte para fazer esse movimento. Então, esse é outro processo que têm acontecido na cidade.

## Como se deu o seu processo de autodeclaração?

O meu processo de autodeclaração é interessante porque eu vim me perguntar o que eu sou quando eu saio do Amazonas, quando eu chego no Rio de Janeiro. E aí, no Rio, eu começo a perceber que eu sou uma pessoa não-branca e começo a participar de espaços políticos do movimento preto, do movimento indígena e aí eu começo a me identificar. E aí depois aparece a arte, eu também enquanto artista, não só como trabalhador da saúde, mas também no meu papel como artista, eu começo também a flertar com algumas identidades e começo a perceber que muito da história da minha família me traz, me trouxe até aqui. Meu processo de autodeclaração começa comigo primeiro me entendendo dentro da cidade, uma cidade diferente de Manaus, uma cidade maior que é o Rio. E o Rio de Janeiro, ele traz muita história da escravidão, tem esse grande marco na história brasileira que foi o tráfico negreiro e o Rio se destaca nessa história. A escravidão aconteceu em todo o Brasil, mas o Rio ganha esse destaque por ser onde chegavam os nossos ancestrais, onde muitos indígenas também foram utilizados como essa obra de mão escravizada. Então aqui, essas histórias, essas influências, os grupos que eu participei, tudo isso foi me influenciando na minha autodeclaração e hoje eu estou nesse processo ainda e eu não sei se ele vai ter um fim algum dia ou se eu vou conseguir achar uma resposta. Hoje, eu me entendo como um homem negro, sou lido também assim pela sociedade, mas eu reconheço a minha parte indígena nesse processo, porque uma parte da minha família é quilombola, mora em quilombo ainda, e a outra parte da minha família veio de São Gabriel da Cachoeira, o município mais indígena do Brasil, e onde meu avô morou em aldeia, falava 3 línguas indígenas. Meu avô também fez esse movimento migratório de ir para a cidade para buscar condições de vida, para não passar fome também.

“

Hoje minha identidade é atravessada por esses dois mundos: o mundo indígena e o mundo da negritude. Percebo que hoje eu levanto muito essa identidade “afro-indígena”, nesse sentido do “afro-indígena” representar os meios de onde eu vim. Existe uma polêmica em torno deste termo aqui no sudeste; lá no norte é muito conhecido este termo afro-indígena, inclusive usado nos espaços acadêmicos, tem trabalhos na UFPA, na UFAM, que se utilizam deste termo e este termo faz muito sentido quando a gente fala do norte no seu processo social, histórico, político, econômico.

Mas hoje, eu encaro este termo afro-indígena como um termo que começa a explicar de onde eu vim, talvez ele não vá ser definitivo para a minha declaração, mas ele é o termo a partir do qual eu começo a entender a minha história.

”



Foto: Acervo pessoal Beto Oliveira

**Você é uma pessoa que transita entre estados com perfis populacionais diferentes, como Amazônia e Rio de Janeiro. Como você vê as presenças e identidades negras e indígenas nessas duas regiões?**

Eu me mudei pro Rio de Janeiro em 2015. Saio de Manaus e venho pro Rio, desde então, durante esses 8 anos, mais ou menos, eu estou nessa ponte aérea. Eu sempre volto pra Amazônia, sempre volto pra Manaus, Santarém e volto pro Rio. Sempre estou fazendo esse traslado e eu percebo que existem contextos muito discrepantes. O Rio, não só o Rio, o sudeste em si, tem uma história de ocupação nas cidades, de marginalização, a criação das favelas. Todos esses processos aconteceram e acontecem na região norte, mas é totalmente diferente. Eu gosto de destacar isso porque, a partir desta definição de que é totalmente diferente, a gente consegue, começa a conseguir entender como é a presença negra e indígena nas cidades. A região norte comporta a maior população indígena, segundo o Censo, mas é também onde você encontra muitas pessoas pardas. Partindo disso, a presença negra e indígena vai variar, não só no perfil racial. Digamos assim, é muito mais amplo, é nos hábitos, é nos comportamentos, é no cotidiano da cidade, na forma como a cidade funciona, principalmente nas políticas públicas.

Hoje, o perfil populacional, ele não vai ser tão diferente, mas a gente vai encontrar as diferenças nas organizações e como essas pessoas se organizam na região sudeste. Eu percebo que os movimentos de autodeclaração, de autoidentificação estão muito potentes assim porque eles encontram acolhimentos nesses coletivos, nesses espaços muitas das vezes até institucionais, vêm do próprio Estado, o Estado permite que haja espaço para que movimentos sociais, por exemplo, de negritude, de movimentos indígena consigam se organizar. Minimamente? Minimamente. De uma maneira precária? De uma maneira precária. Mas existe esse movimento. Quando a gente olha pra região norte, isso ainda não está sendo feito 100%, integralmente. O Esta-

do na região norte, ele ainda é muito violento e não oferece nenhuma contrapartida para essas populações marginalizadas se organizarem.

### **Que diferenças e semelhanças você identifica entre Manaus e Rio de Janeiro?**

As diferenças são essas, esses aparelhos que aqui funcionam muito bem e na região norte ainda não funcionem tão bem por conta disso: essa parceria, digamos assim, com o Estado; uma parceria que não é bem uma parceria... essas migalhas que o Estado oferece aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, para os movimentos sociais se estruturarem, ele ainda não tem acontecido em Manaus, que é a capital do Amazonas, e isso, eu vejo como uma diferença muito importante de ser considerada. E nesse ritmo de autodeclaração, eu percebo que Manaus hoje já está mais atenta à identidade indígena, à identidade quilombo-la também; ela tem aparecido mais. Acho que uma grande semelhança é a insistência dessas populações em criar válvulas de escape para sobreviverem. Eu acho que isso é uma semelhança em nossos povos em qualquer região, eu acho que isso é o que liga a gente, a gente está sempre lutando, sempre exigindo o básico. Então, às vezes, a gente pode cair num relato de que talvez falte mais mobilização na região norte, de que as pessoas têm que se mobilizar mais e eu acho que não é bem por aí. Eu acho que as pessoas se mobilizam, têm seus interesses, mas eu acredito muito que também tem que ter essa contrapartida. A população se mobiliza, sim, mas ela precisa ser vista, precisa ser ouvida, precisa ter políticas públicas para que essa mobilização funcione, então, acho que diferenças e semelhanças, a gente pode deixar isso bem destacado.

**No seu entendimento, é possível estabelecer relação entre o reconhecimento de si enquanto indivíduo indígena, negro ou afro-indígena e a manutenção de sua própria saúde? O reconhecimento e identificação de suas origens pode ser compreendido como parte do**

## processo de saúde, de uma maneira mais ampla?

Eu acho importantíssimo o reconhecimento e a autoidentificação como um processo de uma saúde integral de uma pessoa. Saber da onde você veio, saber quem você é, é também uma parte que influencia no equilíbrio de nossa saúde mental, do nosso bem-estar, da nossa maneira de estar no mundo. Isso, a gente consegue observar através de vários conhecimentos tradicionais, da oralidade de nossos avós, quando a gente vai no território indígena e a gente vê como aquelas pessoas são tão afins umas às outras e tem uma afinidade tão grande com a terra, que ela sabe que ela pode contar com a terra, que ela pode contar com o rio e ela entende que ela faz parte daquilo e ela entende de onde ela veio. E quando a gente percebe que essas relações são perturbadas, no sentido de algum agente externo perturba esses indivíduos, essas populações, a saúde é uma das primeiras coisas a serem afetadas.

“

A gente hoje tem um grande perfil de suicídio nas populações indígenas em **áreas que foram invadidas por grileiros, por mineiros, por garimpo**, a gente tem um grande assédio nessas zonas, a gente tem águas contaminadas, a gente tem modos de vidas sendo exterminados por conta desses agentes externo. E a gente vê que a primeira coisa a ser afetada é a saúde.

”

Para uma política pública indígena e uma política pública negra ser eficiente ela precisa que os indivíduos que fazem parte dessa política estejam conscientes de sua identidade. É muito incrível você se conectar de novo com o lugar de onde você veio e isso precisa ser feito nas cidades. As cidades também são lugares onde a gente precisa estar, independente do movimento que foi feito, se foi uma diáspora não planejada, se foi uma diáspora forçada, como tantas vezes é, a gente vê tantos familiares que são forçados a sair do interior e ir para a cidade para buscar a tal vida melhor que prometem e uma das primeiras coisas que se faz é se despir do que você é para você se adaptar à cidade. Eu acho que é preciso continuar ciente de onde veio e de sua identidade para acessar saúde, educação e tantos outros equipamentos que fazem parte da nossa vida, para acessar cultura. Eu acho que tudo isso é saúde.

**Dentro de sua experiência profissional, é possível ver relação entre as ocorrências de determinadas doenças e grupos étnicos específicos? E no tocante à postura da saúde pública, você acredita que há diferenças entre grupos?**

Dentro da minha experiência, é super possível ver essa relação sim. Mais do que isso, na verdade, até além da minha experiência, hoje a gente tem dados, dados científicos que mostram que sim, existe uma prevalência de doenças crônicas não-transmissíveis na população negra, na população indígena. A gente sabe que, por exemplo, a tuberculose, ela prevalece demais em populações indígenas e populações negras. Então, hoje no Brasil tem um perfil epidemiológico que marca muito bem as populações negras e indígenas. Essa relação, eu consigo ver no meu trabalho. A gente teve um momento no ano passado que fez uma pesquisa na região que a gente trabalha, eu e a equipe que eu faço parte, a gente trabalha na zona norte do Rio de Janeiro, numa comunidade e lá a gente fez um trabalho de tuberculose onde os resultados epidemiológicos são muito parecidos com diversos outros

trabalhos pelo Brasil e a gente vê a grande semelhança na população que é acometida por essa doença: são, em maioria homens, homens negros, na faixa de idade de 20 a 30... Eu estou usando esse exemplo, mas se a gente for ver a prevalência de hipertensão e diabetes, o perfil vai ser muito parecido em vários territórios no Brasil. Hoje, a gente tem políticas públicas muito interessantes dentro do SUS, por exemplo, a política da saúde integral da população negra, a gente tem a política de saúde indígena. Então, isso são ferramentas, dispositivos que ajudam a gente a manusear os casos dentro da área da saúde. Mas, enquanto a postura, eu acho que ainda falta muita coisa. É isso, as políticas existem, mas elas não são totalmente implementadas e executadas. Eu acho que ainda faltam muitos dispositivos territoriais, até. Eu acho que a gente acaba pegando muito essas macropolíticas, essas referências e direcionamentos que são gerais, são feitas pro Brasil inteiro, mas não adapta, não consegue adaptar ao território. Uma política de tuberculose para uma população em Manaus, ela não vai poder ser aplicada no Rio de Janeiro. Esse é o ponto que eu quero trazer. Eu acho que falta essa postura da saúde pública em personalizar as políticas para cada região, isso é uma estratégia que precisa ser feita e, muitas das vezes, não é possível observar no dia a dia, no trabalho.

“

E, claro que a gente não pode deixar de falar do racismo, esse grande sistema em que a gente se encontra, então, estratégias de combater o racismo e a discriminação precisam também ser cada vez mais implementadas e colocadas à disposição.

”

E os profissionais da saúde também precisam ter na sua formação essas influências, esses aprendizados. Por exemplo, eu me graduei e o acesso que eu tive à disciplina sobre a população indígena, a população ribeirinha, a população negra foi porque eu procurei, porque eu fui atrás das disciplinas, não estava ali na minha grade curricular. Então, a gente tem ainda esse problema muito grande na formação do perfil de um trabalhador, de uma trabalhadora da saúde que ainda tem alguns déficits, que é justamente estudar a maior população brasileira que são as pessoas negras e indígenas. Mas não só, eu acho que as instituições, elas precisam cada vez mais fortalecer essa capacitação sobre essas políticas, sobre esses acessos, capacitar esses profissionais pra atender esses grupos tão diferentes. Isso já existe, a gente vê hoje aqui no Rio de Janeiro, pelo menos, a secretaria municipal de saúde, ela incentiva. A gente tem a grande instituição, que é a Fiocruz, que oferece muitos cursos e capacitações que são muito úteis, muito válidas, mas é necessário que isso seja cada vez mais presente, que tenha cada vez mais espaços para que os profissionais de saúde possam se apropriar desses conhecimentos também e poder ofertar um cuidado em saúde integral e de fácil acesso a essas populações tão diferentes.



Foto: Acervo pessoal: Beto Oliveira





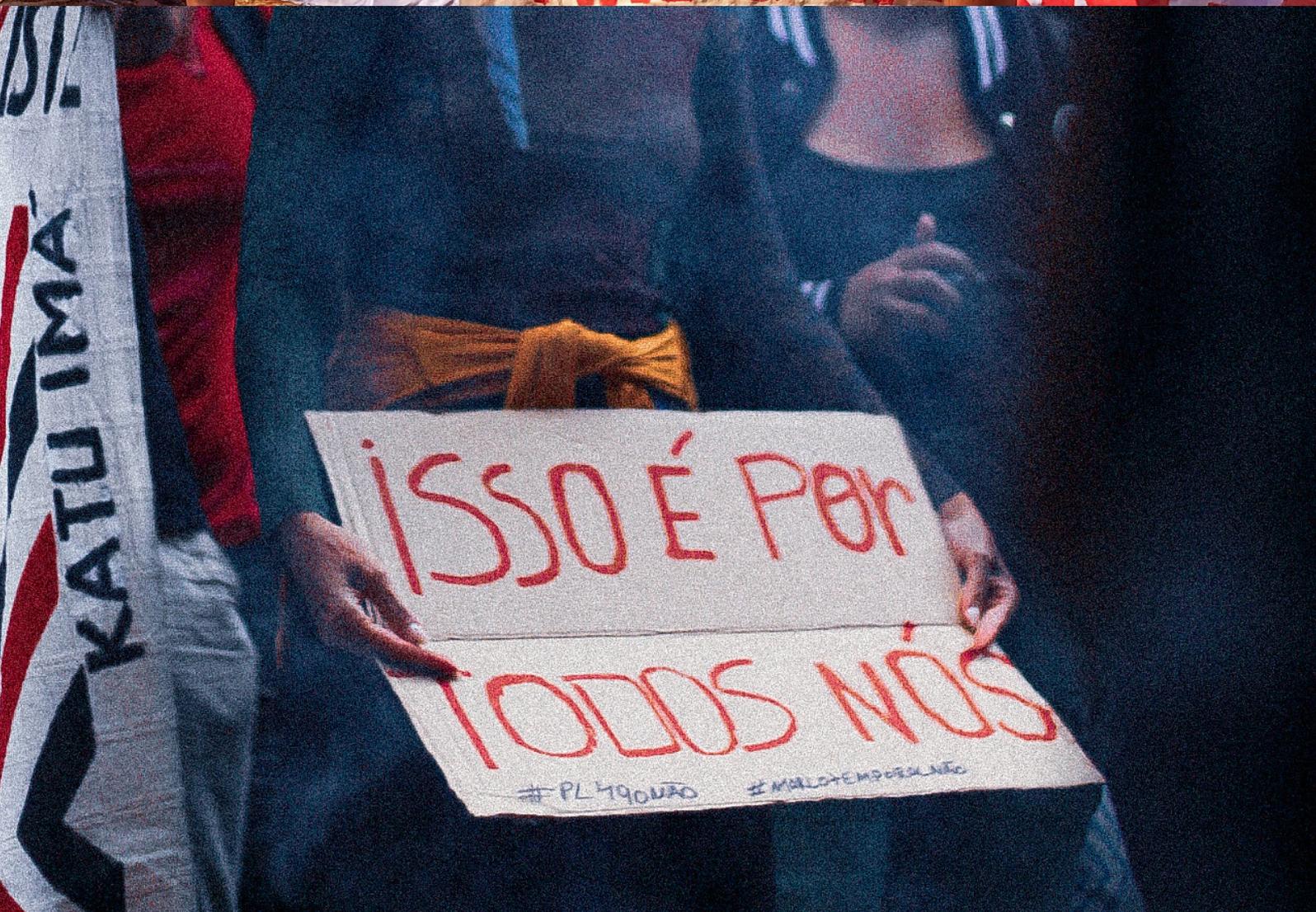












# O QUE TÁ PEGANDO

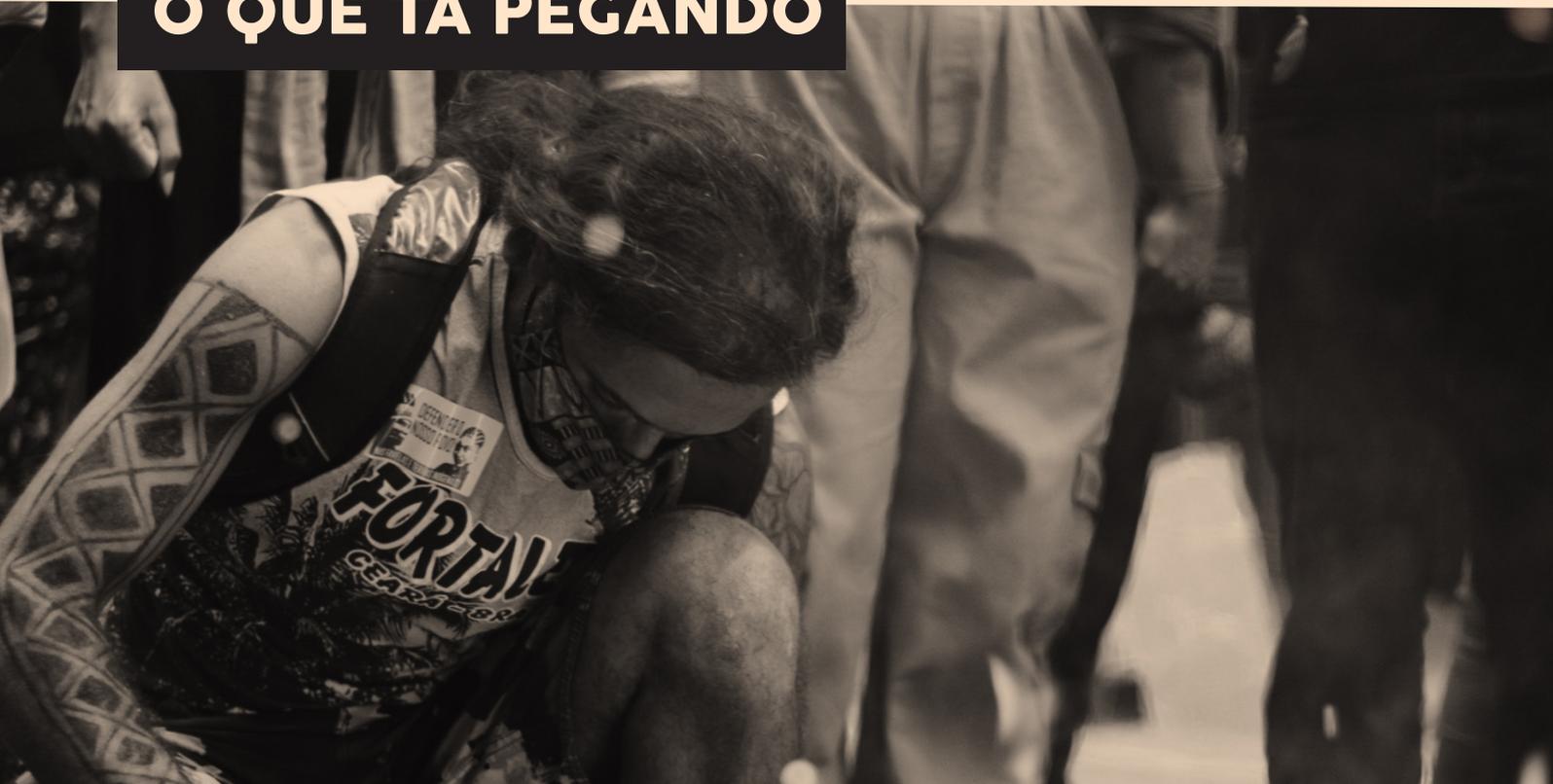


Foto: Acervo pessoal Beto Oliveira

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços de Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público, além de textos de especialistas e pesquisadores, este espaço dá visibilidade aos acontecimentos do momento nas favelas e periferias.

## MANIFESTO DA I CONFERÊNCIA INDÍGENA DE CONTEXTO URBANO, RIBEIRINHO E EXTRATIVISTA DE RONDÔNIA

Nós, povos indígenas de contextos urbano, ribeirinho, extrativista e aldeia urbana, reunidos na primeira conferência estadual do Estado de Rondônia – que contou com a participação de mais de dez povos, representados por nossas manifestações espirituais e culturais, pinturas, grafismos, cantos e danças – , dialogamos acerca de nossa realidade com assessoria de Giva Fulniô, da Comissão Nacional da Conferência, via on-line, que nos animou com sua participação e sua reflexão compartilhada entre as pessoas presentes. Agabawé Mura deu continuidade com a análise de conjuntura, seguido por Márcia Mura, que fez uma breve contextualização sobre a política de embranquecimento do Estado e a introdução do indígena na sociedade nacional, o que resultou na presença indígena nos espaços urbanos da nossa região, ribeirinhos e extrativistas.

Nossas partilhas em plenária e em grupos nos lançam a novos desafios:

“

nos fortalecermos mutuamente e junto a nossos aliados, para alcançarmos políticas públicas historicamente negadas a nossos povos, por causa de genocídio, etnocídio e invasão de territórios. Foi a cidade que invadiu nossos territórios e não nós que fomos até as cidades, assim também afirmamos nossa existência nos espaços ribeirinhos e extrativistas. Isso só reafirma que as políticas públicas devem ser construídas para reparar essas violações, sem, no entanto, gerar divisão e disputa entre nós, ao invés disso, criar possibilidades para que os diferentes contextos sejam considerados.

”

Vimos na oportunidade repudiar a postura do Estado de Rondônia por não cumprir a legislação da educação escolar indígena específica e diferenciada, com a garantia plena do que consta nos documentos oficiais, assim como repudiar também as práticas etnocidas que ferem nossos processos culturais nas escolas em âmbitos urbano, ribeirinho e extrativista, criminalizando educadoras que aplicam a legislação embasada nos parâmetros curriculares que asseguram o ensino das culturas indígena e afro-brasileira em nossas escolas.

Seguiremos o caminho com aliadas e aliados num processo de organização coletiva rumo à Conferência Nacional, e continuaremos nos mobilizando nos municípios pela constituição de coletivos organizativos e fortalecendo processos existentes que nos incluam.

Da beira do rio Mamoré, no dia Mundial da Água, fazemos o compromisso coletivo de seguirmos juntas em favor de nossas Vidas.

***Guajará Mirim, dia 21 de Março de 2023.***

# EXPEDIENTE

## Elaboração

### Cooperação Social da Fiocruz

Fábio Araújo  
José Leonídio Madureira  
Mariane Martins

### Coordenação Editorial

Fábio Araújo

### Instituições Colaboradoras

DRI/UFMG

### Colaboradores nesta Edição

Adriana Fernandes Carajá  
Márcia Mura  
Gilberto Oliveira

### Projeto Gráfico

Mariane Martins

### Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro

### Transcrições

Ana Carolina Fernandes Santana  
Taís de Amorim

### Equipe Radar Saúde Favela

Ana Carolina Fernandes Santana  
Cinthia Marcelino Martins  
Fábio Araújo  
Luciene Silva  
Mariane Martins  
Paulo Roberto Ribeiro  
Taís de Amorim



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**